

PARECER Nº 144/2023

PROJETOS DE LEI Nº 72/2023

COMISSÃO ESPECIAL

RELATOR VEREADOR CLEUBER MICHIRRA

RELATÓRIO

De autoria do vereador Noraldino Durães, o projeto de lei em epígrafe visa conceder Título de Cidadania Honorária Arinense ao senhor Joaquim de Oliveira Sá.

Recebida e publicada no quadro de avisos em 11 de dezembro de 2023, a proposição em tela foi encaminhada a esta Comissão Especial, constituída por meio da Portaria nº 2.727/2023, para emitir parecer, nos termos do art. 13 da Lei nº 1.579, de 18 de novembro de 2019, que institui o Código de Homenagem do Município de Arinos, combinado com art. 99, inciso I, alínea “d”, do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O art. 25, inciso XVI, da Lei Orgânica, estabelece que cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente, no que se refere à concessão de títulos honoríficos a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao Município ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública ou particular.

Esse dispositivo legal é regulamentando pela Lei nº 1.579, de 18 de novembro de 2019, que institui o Código de Homenagem do Município de Arinos.

Nos termos do §1º do art.1º do referido Código, entende-se por distinções honoríficas ou honrarias os títulos, prêmios, diplomas de mérito, medalhas e equivalentes, concedidos pelo Município de Arinos a pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado mediante proposta legislativa.

Quanto à iniciativa para a propositura de matérias de tal natureza, o art. 11 do Código de Homenagem prevê que esta é de competência concorrente do Prefeito, de qualquer Vereador, da Mesa Diretora ou Comissão da Câmara, exceto a proposição de concessão do Diploma de Honra ao Mérito à Participação Legislativa que não poderá ser desencadeada pelo Executivo.

Cumpre ressaltar, ainda, que, de acordo com o art. 14 do mencionado Código, *“a proposição deverá ser instruída com curriculum vitae do homenageado e, se houver, com publicações, notas, recortes ou peças publicitárias relativas a seus feitos ou ainda documentos e outros elementos materiais comprobatórios da atuação do outorgado, de modo que o mérito da comenda seja objetivamente apurado.”*

No que diz respeito ao Título de Cidadania Honorária Arinense, este é tratado pelo art. 2º do Código de Homenagem, segundo o qual, essa honraria fica condicionada à escolha de pessoas que tenham prestado relevantes e altruísticos serviços ao Município.

O §1º do referido dispositivo prevê que *“é requisito imprescindível para a concessão de título de cidadania honorária, relativamente ao outorgado, a prova de que tenha prestado serviços e atividades relevantes ao Município e contribuído para o desenvolvimento local e para a melhoria da qualidade de vida da população, cujo mérito seja objetivamente apurado nos termos desta Lei”*.

Nos termos do seu §2º, *“entende-se por prestação de serviços e atividades relevantes aqueles de caráter social, filantrópico, cultural, científico, educacional, esportivo, empresarial, assistencial, religioso, comunicação e afins.”*

Tecidas essas considerações iniciais, passamos agora à análise quanto ao mérito da proposição.

O projeto de lei em comento visa conceder Título de Cidadania Honorária Arinense ao senhor Joaquim de Oliveira Sá, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Arinos.

Argumenta o autor, em sua justificação, que:

O senhor Joaquim é natural de Montalvânia, norte de Minas Gerais, filho de João Miguel de Oliveira e Maria Alice de Oliveira.

Em 1992, mudou-se para Arinos, onde começou a trabalhar como serralheiro.

Posteriormente, passou-se a dedicar aos trabalhos da Igreja Católica por meio dos quais percorreu todo o Município de Arinos e outras regiões, ajudando nos encontros e retiros espirituais.

O Diácono Joaquim também se faz presente nos importantes trabalhos sociais desenvolvidos pela Igreja, buscando contribuir para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

A proposição veio acompanhada da biografia do homenageado, na qual consta que ele se mudou para Arinos em 1992. Passou-se a dedicar aos trabalhos da Igreja Católica por meio dos quais percorreu todo o Município de Arinos e outras regiões, ajudando nos encontros e retiros espirituais.

Por meio dos trabalhos sociais desenvolvidos pela Igreja, o Diácono Joaquim de Sá contribuiu para a melhoria de vida do povo arinense.

Portanto, entendemos justa a homenagem.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluimos pela aprovação do Projeto de Lei nº 72/2023.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2023.

Vereador CLEUBER MICHIRRA
Relator